

Sarney fica mas antecipa metas

Mudança evita marasmo no apagar das luzes

DILZE TEIXEIRA

No início de junho, em conversa com um grupo de assessores, o presidente José Sarney manifestou sua preocupação com um fenômeno comum aos períodos de fim de Governo: o marasmo que começa a tomar conta da administração, refletindo-se no relaxamento da máquina governamental. Suas ordens eram ignoradas, as cobranças ficavam sem resposta, os cronogramas dos projetos referentes às obras emperravam, e seus ministros — com algumas exceções — preocupavam-se mais como quadro sucessório, em se engajar a alguma candidatura.

"Tenho que fazer alguma coisa para mudar esse estado de coisas. Temos pela frente nove meses de Governo e ainda podemos fazer coisas", confidenciou Sarney a um assessor muito próximo. Foi por esse tempo que o ex-presidente Jânio Quadros anunciou sua retirada do páreo sucessório, eliminando assim, talvez a única possibilidade de engajamento do presidente na campanha sucessória. Nos bastidores do Palácio do Planalto, até a desistência do ex-presidente, os comentários indicavam que se a candidatura Jânio Quadros fosse viável, dificilmente seu amigo e janista histórico, José Sarney, ficaria indiferente à sua campanha.

TIMING

E o momento em que ficou patente a inviabilidade eleitoral de Jânio Quadros foi o timing escolhido pelo presidente, para sacudir o marasmo que tomava conta de seu Governo, adotar um novo estilo de trabalho mais ativo e operante, capaz de possibilitar a realização de um maior número de obras possível. "Agora posso dizer que não tenho compromisso com qualquer candidato. Estou livre das amarras políticas, para dedicar todo o tempo que me resta à administração", comentou Sarney após uma conversa com Jânio Quadros, quando este expôs as razões que o levaram a, definitivamente, desistir da disputa sucessória.

Depois dessa conversa, Sarney passou nada menos que uma semana ruminando as bases de sua nova estratégia de Governo. Convencido de que teria de enfrentar uma luta contra o tempo, Sarney montou uma linha de ação ofensiva, diferente da que até então adotava, onde a cobrança passou a ser a palavra de ordem, as acusações não mais ficaram sem resposta e o objetivo principal — transmitido a seus ministros —, arregalar as mangas e trabalhar num ritmo febril, de modo a realizar o máximo possível até o último dia de seu Governo.

Para ajudá-lo nessa nova fase, Sarney convidou para a Secretaria Particular da Presidência, Augusto Marzagão — uma importante peça de seu Governo, hoje, pela competência, capacidade de trabalho e dedicação. Marzagão começa a trabalhar antes das 8 horas e é comum permanecer no Palácio até altas horas da noite, em plena atividade. "Estamos lutando contra o tempo e o vento. Temos que correr, porque ainda há muito o que fazer e o presidente está decidido a apertar todos os parafusos da máquina administrativa", disse certa vez o secretário, quando um amigo se referiu ao ritmo alucinante de trabalho que vem imprimindo em seu gabinete, desde a posse, em 21 de junho passado.

PRIMEIRO PASSO

Sarney só precisou pedir uma vez a Marzagão sobre as obras e

projetos de seu Governo, distribuídos pelos vários ministérios. Uma semana depois já dispunha de uma radiografia global da situação, onde estava claro, segundo um auxiliar do presidente que teve acesso ao levantamento, que muitos dos ministros estavam deixando "correr frouxo" o tempo. Uns preocupados com a evolução do quadro sucessório, outros com seu futuro político, enquanto aumentava o esvaziamento do Governo.

Por esse levantamento, Sarney descobriu, por exemplo, que o ministro da Agricultura, Iris Rezende, ao contrário do então ministro da Irrigação, Vicente Fialho, ao invés de acelerar o projeto de irrigação do Governo — cuja meta é irrigar um milhão de hectares —, por razões óbvias, é candidato ao Governo de Goiás em 1990 — redirecionou a prioridade do seu Ministério para as regiões Centro-Oeste, principalmente o Estado de Goiás.

Foi por isso que, na primeira reunião setorial com os ministros da área econômica, o presidente Sarney reclamou do ministro Iris Rezende o desaquecimento dos projetos de irrigação e cobrou a conclusão dos 200 mil hectares restantes (20% do total), até o final de sua administração. Nessa reunião, o Presidente advertiu que não mais iria tolerar divergências entre os membros de sua equipe e recomendou uniformidade na linguagem do Governo.

Um assessor que participou dessa reunião lembrou que, na ocasião, Sarney reclamou do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, o tom conformista que vinha imprimindo às suas declarações, dando a idéia de que nada mais havia a fazer, a não ser tentar manter a economia estável até a posse do futuro presidente. "Não temos que entregar os pontos. Vamos continuar lutando até o último minuto do Governo contra a inflação", teria observado o presidente, segundo reproduziu a fonte.

O NOVO ESTILO

A primeira manifestação clara do novo estilo adotado pelo presidente pôde ser constatada no programa "O Presidente Responde", veiculado pela Rede Bandeirantes, na segunda quinzena de julho. Os telespectadores não reconheceram naquele homem enérgico, agressivo e por vezes exaltado, — que rebatia todas as acusações — o pacato e tolerante presidente a que estavam acostumados a assistir. "Na contabilidade dos prós e contras sobre a repercussão do programa — evidentemente houve quem criticasse o Presidente —, as pesquisas encomendadas pelo Palácio do Planalto e o grande número de manifestações recebidas, aplaudindo o novo estilo, indicam que Sarney marcou ponto adotando a contra-ofensiva.

Dentro desta linha de atuação — na qual o Governo nunca provoca os ataques, mas contra-ataca de forma enérgica — é que nunca mais se soube de qualquer acusação ou denúncia sem resposta. "Quem quiser acusar que o faça, mas terá que provar as acusações", advertiu o novo ministro da Justiça, Saulo Ramos, que vem se revelando um valioso auxiliar no cargo para onde foi nomeado, pela sua capacidade de trabalho e criatividade. "Foi uma das escolhas mais certas que fiz", costuma comentar o presidente, ao referir-se ao ex-consultor e mais novo ministro de sua equipe.

INAUGURAÇÕES

Desde as primeiras reuniões setoriais com seus ministros,

ARQUIVO



Sarney prepara um discurso para a despedida na ONU

Sarney tem realizado uma série de viagens pelo País, inaugurando obras e comparecendo a compromissos. Nos últimos 60 dias, o presidente foi a Aracaju — SE, Argentina, França, Bahia, Paulo Afonso (BA), Campos e Rio de Janeiro (RJ), Livramento de Brumado, Uruguai, São José dos Campos, Pirassununga (SP), entre outras localidades.

Na sexta-feira passada, o presidente seguiu para Lábrea (AM) onde lançou duas campanhas de vacinação — contra a malária e a hepatite do tipo "B" —, foi a Porto Velho (RO), onde inaugurou o terminal fluvial do Rio Madeira e a Usina Termoeletrica do Rio Madeira, a Manaus, para assinar convênios com diversas secretarias, inaugurar os novos tanques da Refinaria da Petrobrás, no Amazonas. Foi também a Roraima, onde inaugurou a Escola Técnica de Boa Vista, a Universidade, e acompanhou as obras de construção do Hospital Geral de Roraima.

A orientação presidencial é agilizar todos os projetos de seu Governo, de modo a inaugurar o maior número de obras possível, até o final de seu mandato. Entusiasmado, declarou na semana passada que está disposto a inaugurar obras "até o dia 14 de março do próximo ano", véspera da posse do seu sucessor.

Diante da nova estratégia de Governo, o marasmo que começava a tomar a administração cedeu lugar a um clima alucinante de trabalho, compa-

rável apenas àqueles comuns nas instalações dos governos. "É isso mesmo que queremos: trabalhar, trabalhar e trabalhar. Criar todos os dias um fato novo e realizar o máximo possível", disse, satisfeito, na semana passada, o secretário-particular do presidente, Augusto Marzagão.

No início de junho passado, os repórteres frequentemente eram pautados pelos seus jornais para produzir matérias que refletissem o clima de "final de festa" do Governo. Hoje, em consequência do novo clima que se estabeleceu no Palácio do Planalto, sede do Governo, muita coisa mudou. Um fato sintomático demonstra essa mudança. A agenda do presidente, que em meados de junho registrava uma redução da ordem de 50% nos pedidos de audiência, não apenas voltou ao nível normal como aumentou em cerca de 30%, os pedidos insistentes de políticos, empresários e cidadãos comuns, que querem um encontro com o presidente.

"Pode parecer brincadeira, mas uma das dificuldades maiores do Gabinete Civil, hoje, é conseguir organizar a agenda do presidente. Cerca de 150 políticos aguardam uma audiência com Sarney, 120 empresários esperam uma resposta sobre um encontro com o Presidente, enquanto que o número sobe para 200, no caso de cidadãos que desejam falar com o Presidente sobre um problema qualquer" informou um funcionário do Gabinete Civil.

A. C. SCARTEZINI

Não passa pela cabeça do presidente Sarney a idéia de sair mais cedo do governo, mas ele não pretende tomar nenhuma decisão administrativa mais importante depois de 15 de dezembro, quando deseja dedicar seus últimos 90 dias no Planalto apenas ao trabalho de manter a casa em ordem para o sucessor que assume em março.

Nessa linha de trabalho, Sarney avisou a seus ministros que nada de importante deve ficar para depois de 15 de dezembro, especialmente na área econômica, onde o Presidente demonstra maior preocupação quanto à arumação da casa para o sucessor — aparentemente convencido de que não tem mais tempo para soluções espetaculares como novos choques.

Mas o que puder ser feito desde logo não deve ficar adiado, especialmente em matéria de decisões que dependam de referendo do Congresso Nacional, antes que os congressistas mergulhem na campanha pela eleição do novo presidente — numa demonstração que também serve para afastar o cenário de paralisia de final de governo.

Com essa preocupação de mostrar trabalho no fim de governo, Sarney superou as resistências diplomáticas de Brasília e resolveu ir a Nova Iorque participar da Assembléia das Nações Unidas no próximo dia 22, para renovar ali o seu discurso de crítica à indiferença dos países ricos quanto aos pobres.

REPRESÁLIA

Nesse ponto, Sarney sente um desconforto especial quanto aos credores da dívida externa brasileira que demonstram disposição de renegejar a questão apenas com o seu sucessor a partir de março. Se não houver uma negociação satisfatória na atual administração, o Presidente poderá autorizar uma política de represália.

Uma ds represálias pode vir no final deste mês na área da moratória quanto à dívida externa, a partir de um argumento ético: se os credores não colaboram com o atual governo no final de sua administração, o Planalto também pode abdicar de sua retribuição que deverá contar com a boa vontade externa.

HERANÇA

Uma posição semelhante é aconselhada a Sarney por ministros para o âmbito interno da política. Se a campanha sucessória agredir muito a sua administração, o Presidente poderia se sentir liberado para também tomar decisões cujas faturas correriam para pagamento por conta do sucessor no próximo ano.

A propósito, lembra-se o espólio econômico que o então ministro Delfim Netto (PDS) deixou, no final do governo Figueiredo há cinco anos, para os sucessores da Nova República. Na área agrícola, por exemplo, Delfim estabeleceu preços mínimos para os produtos que o novo governo liquidou com dificuldades no ano seguinte.

Mas não é isso que Sarney deseja, pelo menos no âmbito interno. Sua disposição é a de arrumar a casa mais para o sucessor do que para o seu próprio final de governo.

SUCESSÃO

Apesar de tudo, Sarney, um político profissional no sentido da dedicação integral ao ofício há mais de 30 anos, lamenta não ter um candidato na sua própria sucessão por falta de articulação com os partidos e os articuláveis disponíveis na relação de nomes de sua confiança pessoal.

Como previa o Presidente desde o início do ano, o primeiro turno da eleição vai acontecer em 15 de novembro com a pulverização de votos entre dez a 12 candidatos, o que permitiria a passagem para a segunda votação de quem contasse com 20 por cento dos votos — hoje, nas pesquisas, Leonel Brizola (PDT) mantém-se em segundo lugar com uma cotação de preferência em redor de 15 por cento.

Ainda pelas contas de Sarney, o candidato do governo teria de sair pelo menos 15 por cento da preferência dos eleitores, correspondentes a um contingente que vota com o governo por ser governo. Bastaria, então, ao candidato agregar mais cinco por cento para entrar no segundo turno, onde sua chance de eleição dependeria da polarização entre o seu nome e o do outro concorrente.